



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ

Data: 05 de dezembro de 2024.

Local: Auditório Ipê Amarelo, sede do MMA, Esplanada dos Ministérios, Brasília/DF

Coordenação da Reunião: Adalberto Maluf (MMA) e Thaianne Resende (MMA)

Relatoria: Daniele Procópio (MMA)

1. Abertura e aprovação da pauta:

Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq, abriu a reunião, dando boas-vindas a todos. Foi feito um balanço das atividades da Comissão no ano de 2024 e os membros foram avisados de que a reunião estava sendo gravada.

Informou ainda que foi publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro a PORTARIA GM/MMA Nº 1.208, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2024, formalizando a alteração de alguns representantes da Conasq, e foi conduzida uma breve rodada de apresentação dos novos membros.

Destacou-se a publicação da Lei nº 15.022, de 13 de novembro de 2024, cujo texto nasceu dos trabalhos da Conasq. A publicação da referida Lei é um marco na gestão de substâncias químicas no Brasil.

Em seguida, passou-se à aprovação da pauta. *Sr. Adalberto Maluf (MMA), coordenador da Conasq*, informou que havia sido encaminhado na 2ª Reunião Ordinária que o MDA seria convidado para fazer apresentação sobre o PRONARA e que o representante da SBQ apresentaria proposta de Termo de Referência para continuidade do GT de Substâncias Químicas em Plásticos, mas devido ao tempo reduzido da reunião propôs que ambos os pontos de pauta ficassem para a reunião subsequente, o que foi do acordo de todos.

A proposta de pauta foi então aprovada.

2. Aprovação da Memória da 2ª Reunião Ordinária

As memórias foram aprovadas com alterações de redação pontuais solicitadas pela representante da FUNDACENTRO, *Patrícia Dias*.

3. Aprovação da Lei (PL 6120/2019) e proposta de recriação do GT Regulação de Substâncias Químicas

O coordenador da Conasq contextualizou, informando que a sanção presidencial do Projeto de Lei nº 6.120/2019 se deu no dia 13/11, tornando-se a Lei nº 15.022/2024. Informou ser necessário elaborar o Decreto regulamentador da Lei.

Lembrou que a minuta do termo de referência do GT-Regulação de Substâncias Químicas foi encaminhada para os representantes da Comissão no dia 05 de novembro de 2024; informou que não foram recebidas sugestões de alteração ao texto.

A *Chefe de Projetos II do MMA, Marília Passos*, foi convidada para fazer a apresentação da estratégia do GT-Regulação.

Explicou que a Lei foi o primeiro passo para o controle das substâncias químicas e citou os normativos complementares que serão necessários: (1) decreto regulamentador; (2) normativos complementares das autoridades competentes; e (3) guias e manuais de procedimento gerais.

Citou também as seções que demandarão detalhamento no Decreto regulamentador: (1) Exclusões; (2) Cadastro; (3) Competências dos Comitês Técnico e Deliberativo; (4) Avaliação de risco; (5) Cadastro de novas substâncias químicas; (6) Sigilo das informações; (7) Teste em animais; (8) Recuperação de custos e fiscalização; e (9) Questões de Cooperação regulatória.

O GT-Regulação atuará para discutir e construir a proposta do Decreto regulamentador da Lei nº 15.022/2024; terá prazo de 5 meses uma vez que, de acordo com o art. 42 da referida Lei, o prazo para aprovação do regulamento é de 180 dias. A primeira reunião do GT foi pré-agendada para o dia 10 de janeiro de 2025. Na primeira reunião, o GT aprovará seu cronograma de reuniões.

A Secretaria Executiva da Conasq enviará ofício solicitando a indicação de representantes e receberá indicações até o dia 30 de dezembro de 2024. Pessoas que não forem indicadas formalmente poderão participar das reuniões apenas como ouvintes ou por meio de associações quando aplicável.

A *Chefe de Projetos II do MMA, Marília Passos*, finalizou informando que o MMA elaborará e enviará a minuta do normativo para subsidiar as discussões do GT. Disse que as discussões serão nas modalidades online e presencial.

Finalizada a apresentação da estratégia do GT- Regulação, a *Sra. Zuleica Nycz, representante da Toxisphera*, questionou se as questões envolvendo conflito de interesse dos Comitês criados pela lei precisariam estar no Termo de Referência do grupo de trabalho ou se seriam discussão em âmbito de ponto de pauta nas futuras reuniões.

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, explicou que o detalhamento dos Comitês e seus requisitos será feito no GT e que será importante ver como essa questão ficará dentro do decreto.

O *coordenador da Conasq* pediu que ficasse registrado em ata a ressalva da representante da *Toxisphera* a respeito de uma possível eventual criação de autodeclaração ou análise sobre conflito de interesse.

Não havendo pedidos de alteração do texto na plenária, a minuta do Termo de Referência fica aprovada.

4. Relatos das atividades dos GTs

4.1. GTT RoHS:

Foi dada a palavra à *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA, Thaianne Resende*, para relatar o progresso das atividades do grupo de trabalho.

79 A *Diretora* informou que o GTT RoHs teve 7 reuniões até o presente momento. As
80 reuniões, antes exclusivamente online, passaram a ocorrer de forma híbrida, tendo a última sido
81 totalmente presencial. O grupo tem avançado na minuta do normativo.

82 Os representantes do GT demonstraram preocupação com as micro e pequenas empresas
83 na implementação do normativo; por isso, o MMA trabalha com o SENAI, MCTI e CETEM para
84 desenvolver um curso de capacitação voltado para esse público.

85 A *Diretora* informou que grupo tem apenas mais duas reuniões e muito a avançar no
86 normativo. A 8ª reunião será nos dias 29 e 30 de janeiro, com dois dias completos de debate na
87 modalidade presencial. Falou que a expectativa é de que o GT seja concluído nas próximas
88 reuniões, com texto a ser aprovado pela plenária e ser submetido ao CONAMA junto com a
89 Análise de Impacto Regulatório, que também já está em elaboração pelo MMA.

90 91 **4.2. GTP Minamata**

92 Foi dada a palavra à *Coordenadora-geral de substâncias químicas do MMA, Camila*
93 *Boechat*, para relatar o progresso das atividades do GT.

94 A *Coordenadora-geral* informou que o GT-Minamata se reuniu quatro vezes até o
95 momento. Disse que os trabalhos foram intensos e que o tema possui muitas demandas por causa
96 da mineração ilegal de ouro e do tráfico de mercúrio.

97 Durante as reuniões foram apresentadas as ações da Avaliação Inicial da Convenção de
98 Minamata, o *Mercury Initial Assessment* – (Projeto MIA). Cada instituição representante do GT
99 foi convidada a apresentar o que vem fazendo para implementar as ações. Na última reunião,
100 ocorrida em 25 de novembro, o preenchimento da planilha de acompanhamento do Projeto MIA
101 foi finalizado e o documento encaminhado para revisão final dos membros do GT.

102 Ainda na citada reunião houve apresentação da Associação Brasileira da Indústria de
103 Álcalis, Cloro e Derivados (ABICLOR) sobre soluções para tratamento de Mercúrio; e
104 apresentação sobre o Inventário de Emissões de Mercúrio, documento em processo de
105 atualização, especialmente em relação às emissões de mercúrio no garimpo de ouro.

106 Além disso, os membros do GT foram atualizados sobre o projeto SIP – que foi submetido
107 ao grupo avaliador (SIP Board) e aguarda aprovação – e sobre o grupo de trabalho coordenado
108 pela casa civil para lidar com a problemática da contaminação por mercúrio nas terras indígenas
109 Yanomami.

110 A *Coordenadora-geral* finalizou informando que a próxima reunião do GT-Minamata
111 será realizada no dia 10 de fevereiro de 2025.

112 O *representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, questionou a possibilidade de
113 apresentar a campanha mundial “[*Produto livre de mercúrio*](#)” e discuti-la na próxima reunião do
114 GT. Perguntou, também, se na próxima reunião da Conasq a Resolução RDC 879/2024, da
115 Anvisa, poderia ser incluída como ponto de pauta.

116 A *Diretora* sugeriu que a citada resolução fosse abordada na próxima reunião do GT-
117 Minamata e, caso as demandas não sejam sanadas, que o ponto seja pauta na 4ª RO da Conasq.

118 O *representante da ACPO* concordou com o encaminhamento proposto.

119 **4.3. GTP BRS**

Foi dada a palavra a *Chefe de Projetos II do MMA, Marília Passos*, para relatar o progresso das atividades do GT.

A *Chefe de Projetos II* informou que o GT-BRS se reuniu seis vezes em 2024 com a 6ª reunião ocorrida no dia 19 de novembro. Os principais temas tratados no GT foram a efetividade da Convenção de Roterdã – as respostas do Brasil à decisão da COP foram enviadas ao Secretariado no prazo solicitado -; e a substituição da Sulfluramida no Brasil – produto à base de PFOS, substância classificada como poluente orgânico persistente da Convenção de Estocolmo, que tem finalidade aceitável de produção e uso no âmbito do tratado.

A sulfluramida já conta com um substituto registrado nacionalmente, o isocicloseram, desenvolvido pela Syngenta. Estudos para o registro apontam para sua eficácia. Desta forma, o GT tem trabalhado para estabelecer, tecnicamente, a remoção da finalidade aceitável da Sulfluramida para produção e uso de iscas formicidas para controle das formigas cortadeiras *Atta spp.* e *Acromyrmex spp.*, para que haja um prazo para eliminação. A *Chefe de Projetos II* informou que o Secretariado da Convenção de Estocolmo já foi consultado sobre o procedimento para esta formalização, e o Departamento de Qualidade Ambiental aguarda resposta.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, questionou se há informações sobre a segurança, avaliação ambiental e de saúde do novo produto.

Peter Rembischevski, representante da Anvisa, informou que todo produto registrado no Brasil que tem ingrediente ativo autorizado na monografia passa por avaliação de eficácia do MAPA, de toxicologia na Anvisa e de ecotoxicologia no Ibama. Afirmou que há dados robustos e que a monografia do isocicloseram encontra-se bem completa. Informou que não há problemas de persistência como ocorre com a sulfluramida.

Carlos Tonelli, representante do Ibama, disse que o isocicloseram teve priorização de análise pelos órgãos – Ibama, MAPA e Anvisa – por ser potencial candidato para substituir a sulfluramida. O ativo passou pela avaliação de risco ambiental, sendo que alguns usos foram restringidos; os usos autorizados constam na bula. Explicou que o substituto não é um poluente orgânico persistente e que outras questões estão sendo discutidas pelo grupo de trabalho. O isocicloseram havia sido registrado em julho de 2023; os dados de comercialização são inferiores à sulfluramida, justificável pela longevidade desta substância, a qual possui mais de 30 anos no mercado.

Marina Pires, representante do MAPA, disse que o Ministério tem interesse em substituir a sulfluramida e informou que o pedido para priorização da avaliação do isocicloseram foi um pedido do Ministério da Agricultura e Pecuária. Falou que a alternativa da sulfluramida deve abarcar as necessidades do setor e menciona que o controle de formigas é mais complicado e específico que o de outras pragas. A comercialização do substituto é muito menor do que se esperava e a disponibilização no mercado é um desafio, visto à reduzida capacidade produtiva. Houve uma reunião com o Instituto Ibá para tratar do assunto. Contatou-se que ainda falta retorno do setor para embasar a segurança de dados relacionados com a eficácia do produto em campo.

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA* lembrou que, além da aprovação referente às áreas da saúde, do meio ambiente e do setor da agricultura, também é necessário assegurar a parte de viabilidade econômica, questões envolvendo estoque e, por isso, há cuidado do GT antes de tomar uma decisão.

A representante da Toxisphera, Zuleica Nycz, comentou que há pouco tempo se falava do fipronil como substituto, mas que havia um problema relacionado com as abelhas.

O representante do IBAMA, Carlos Tonelli, assegurou que dentro da avaliação de risco do isocicloseram feita foi seguido o manual do órgão sobre avaliação de risco em polinizadores. Falou que o impacto às abelhas foi mitigado a partir dos usos propostos do substituto, ação que culminou nas recomendações presentes no rótulo e na bula. Disse que é importante deixar claro que já na próxima COP pretende-se deixar sinalizado a posição do Brasil em relação a essa possível alteração no Anexo B da Convenção de Estocolmo. Finalizou dizendo que essa sinalização também é importante em âmbito interno, para indicar ao setor produtivo a expectativa de incorporar e aprimorar a produção do isocicloceram para atender ao mercado nacional.

Sobre as questões da efetividade da Convenção de Roterdã, o representante do MRE, João Paulo Vieira, falou que o referido Ministério entrou em contato com o Secretariado da Convenção de Roterdã para se informar da previsão da realização do webinar a respeito do tema a se realizar antes da COP de 2025, que discutirá com as partes envolvidas quais seriam possíveis encaminhamentos. O Secretariado informou que ainda não tem data, mas deverá ocorrer entre fevereiro e março.

No GT BRS havia sido discutido a possibilidade de haver uma proposta brasileira em relação às certificadoras que utilizam as substâncias listadas na convenção de Roterdã ou que estão em debate no comitê de revisão. Sobre esse assunto, o representante do MRE informou que o órgão está analisando contribuições de outros países para encontrar pontos de convergência em relação ao assunto para, a partir disso, construir uma proposta brasileira e conduzir um trabalho de conversas bilaterais ou regionais para tentar conseguir apoio para a proposta brasileira.

4.4 GTP Educação em Segurança Química

O coordenador da Conasq, Sr. Adalberto Maluf (MMA), retorna à reunião.

Foi dada a palavra a Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende, para relatar o progresso das atividades do GT.

O GT Educação foi constituído na 2ª Reunião Ordinária, em 14 de agosto. Após encaminhar ofício para os membros da Conasq, a coordenação executiva recebeu 17 indicações. Foi informado que a coordenadora do GT, Patrícia Dias, representante da FUNDACENTRO, está de atestado médico; a ABIQUIM, vice coordenação do GT, confirmou que a primeira reunião do GT ainda não ocorreu.

4.5 GT Substâncias Químicas em Plásticos

O coordenador da Conasq lembrou que o GT Temporário - Substâncias Químicas em Plásticos já havia finalizado seu mandato. Informou que negociação do INC colocou em discussão lista de químicos de preocupação para serem banidos. Desta forma há várias pendências sobre o INC que podem ser exploradas pelo GT no caso de eventual renovação do mandato do grupo.

A Chefe de Projeto, Marília Passos informou que na 2ª Reunião Ordinária, Walter Waldman, representante da SBQ, havia ficado de trabalhar no Termo de Referência para renovar o mandato do grupo de trabalho, mas, devido ao tempo reduzido da presente reunião e julgando ser melhor aguardar os resultados do INC 5.

Por isso, a discussão sobre a renovação do mandato do GT - Substâncias Químicas em Plásticos ficou para a 4ª reunião ordinária, pretendendo a coordenação submeter o termo de referência para aprovação da plenária nesta oportunidade.

207

208 **5. Atualização dos projetos MMA:**

209 **5.1 Planilha de objetivos e metas do Global Framework on Chemicals (GFC)**

210 O *Coordenador da Conasq* passou a palavra para a *Coordenadora-Geral de Segurança*
211 *Química do MMA, Camila Boechat*, para apresentar a planilha de objetivos e metas do GFC.

212 A *Coordenadora* explicou que em 2023 foi aprovado o Novo Marco Global sobre
213 Substâncias Químicas (GFC), o qual sucedeu a Abordagem Estratégica para Gestão Internacional
214 de Produtos Químicos (SAICM).

215 O GFC é composto por 5 objetivos estratégicos e 18 metas, já havendo algumas ações no
216 sentido de cumpri-las. A *Coordenadora* explicou que o MMA desenvolveu uma planilha de
217 acompanhamento para que cada instituição possa relatar o que vem fazendo para implementar o
218 GFC, já que o marco deve ser implementado, também, por outras instituições além do MMA,
219 com progressão acompanhada pela Conasq.

220 A planilha de acompanhamento apresentada foi estruturada da seguinte maneira:

221

Objetivo	Atividade	O que temos?	Lacunas/ Oportunidades	Ações possíveis	Responsáveis
----------	-----------	--------------	---------------------------	--------------------	--------------

222 A *Coordenadora* informou que a planilha será encaminhada para os membros da Conasq
223 para avaliação e preenchimento, com prazo para devolutiva em 03 de fevereiro de 2025.

224

225 **5.2 Novo projeto do Global Framework on Chemicals (GFC)**

226 O *Coordenador da Conasq* passou a palavra para a *Coordenadora-Geral de Segurança*
227 *Química do MMA, Camila Boechat*, para apresentar o tópico.

228 A *Coordenadora* informou que foi criado um fundo para implementação do GFC, com
229 primeira rodada de inscrições ocorrendo entre 01 de outubro de 2024 e 31 de janeiro de 2025,
230 com orçamento para projetos de USD 300.000 a 800.000, para uma implementação de 3 anos.
231 Informou que o MMA está elaborando proposta de projeto e convida as instituições que tenham
232 interesse em participar como parceiras. As interessadas deverão fornecer carta de endosso e de
233 cofinanciamento indicando interesse e comprometimento para participar do projeto. Por fim,
234 destacou o tempo exíguo para conclusão do preenchimento dos formulários para submissão do
235 projeto. A Secretaria Executiva enviará a minuta do projeto para as instituições que manifestaram
236 interesse em contribuir com a escrita do documento.

237

238 **5.3 Projeto do Special Programme: Fortalecimento da capacidade institucional para o**
239 **gerenciamento Ambientalmente Adequado de Substâncias Químicas no Brasil**

240 *Camila Gontijo, Gerente do Projeto do Special Programme*, foi convidada para fazer a
241 atualização do progresso das atividades.

242 A gerente do Projeto informou que em setembro de 2024 ocorreu o workshop de
243 lançamento do projeto. Explicou que o Special Programme tem duração até junho de 2027, tendo
244 o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) como agência executora.

O projeto é composto por quatro etapas: (1) fortalecimento institucional; (2) estudo de benchmarking – análise de sistemas; (3) construção e integração do sistema de gestão de químicos, com quatro módulos; e (4) formação, envolvendo cursos.

No momento, o termo de referência da etapa dois já está publicado e lançado para instituições sem fins lucrativos, aceitando inscrições até dia 16 de dezembro de 2024. A princípio a contratação seria para instituições sem fins lucrativos, mas *Camila Gontijo* informa que o PNUMA está trabalhando para permitir a candidatura de empresas privadas nessa etapa de contratação.

A previsão de contratação é janeiro/2025 com previsão de finalização da etapa em junho/2025.

7.4 Projeto PCB Responsável

Angélica Griesinger, Gerente do Projeto PCB Responsável, foi convidada para fazer a atualização do progresso das atividades e resultados do projeto.

Relatou que o prazo para que as empresas submetessem informações no Sistema do Inventário Nacional de PCB se encerrou em 26 de novembro de 2024. Falou que foi feita uma mobilização desde agosto de 2023 que, nesse período, 18.936 contatos foram realizados com potenciais detentores de PCB, 10.670 empresas foram contactadas, 526 atendimentos foram realizados via helpdesk para preenchimento do inventário e 558 pessoas foram treinadas em 8 webinários segmentados por setor.

Angélica Griesinger citou e agradeceu as associações, as confederações e as federações que apoiaram as ações de mobilização do projeto para que tivesse o maior alcance possível.

Foram apresentados os dados prévios do inventário: (1) quantidade total de PCB a destinar – 348.668 toneladas; (2) quantidade total de PCB já destinado – 254.698 toneladas; (3) inventários submetidos ao Inventário Nacional de PCBs – 613; e (4) empresas cadastradas no sistema do inventário – 829.

A *Gerente do Projeto PCB Responsável* informou que, apesar do prazo ter se encerrado, as empresas ainda podem preenchê-lo, porém agora sujeitas às medidas administrativas previstas na legislação com aplicação de multa. Explicou que as empresas também podem atualizar os dados fornecidos e, por isso, os números do Inventário não são estáticos.

A *Diretora de Qualidade Ambiental do MMA*, *Thaianne Resende*, informou que foi identificada uma lacuna na implementação do projeto: uma grande destinadora de PCB encontrase em Minas Gerais, porém, uma determinação normativa do Conselho de Política Ambiental (COPAM) do estado proibia o recebimento de PCB de outras Unidades da Federação. Foi feita uma Nota Técnica pedindo uma exceção a essa regra até o prazo de eliminação determinado pela Convenção de Estocolmo – 2028; o pedido foi acatado; e a Diretora agradeceu aos envolvidos na articulação entre as partes. Adicionalmente, a Diretora informou que o Paraná possui problemática semelhante, mas que isso não se mostrou um empecilho para o cumprimento da Convenção até o momento.

A *representante da Toxisphera*, *Zuleica Nycz*, questionou para onde o PCB foi destinado, onde foi o processo de destruição, as tecnologias utilizadas e para onde será destinada a quantidade restante da substância.

A gerente do projeto explicou que os dados de destinação estão no sistema do Inventário, mas ainda não foram sistematizados, uma vez que o encerramento do prazo para preenchimento se encerrou há menos de 10 dias. Falou também que o [SINIR PCB](#) recebe os dados de detentoras e destinadoras de PCB, sendo possível observar a tecnologia utilizada.

Quanto à destinação de quantitativo de PCBs que será realizada no âmbito do presente projeto, informou que será feita em parceria com empresas brasileiras, com as tecnologias existentes e licenciadas no país. A *gerente de projeto* explicou que a tendência mundial é o uso de tecnologias nacionais para a destinação do PCB e atingimento das metas da convenção de Estocolmo.

Foi informado, ainda, que a equipe do projeto está trabalhando em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) em uma tecnologia para a biodegradação de PCBs, com uma bactéria capaz de quebrar as cadeias de cloro em um subproduto não nocivo.

O *representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, demonstrou preocupação com a destinação dos PCBs. Relembrou que na reunião anterior havia solicitado os testes de queima das empresas que estão recebendo o PCB para destinação. Disse que a maioria dos incineradores não possuem capacidade para quebrar organoclorados de cadeia fechada, como o caso do PCB. Falou que a partir da análise do teste de queima gostaria de propor para a Comissão uma visita a algum incinerador para verificar a capacidade de fazer essa queima. Finalizou sua contribuição expressando preocupação com as populações que vivem ao redor dos incineradores e ressaltou que o teste de queima a ser solicitado não deve ser o realizado para fins de licenciamento ambiental, mas, sim, os atualizados.

A *gerente do projeto PCB* confirmou que a solicitação ficou registrada e informou que os testes de queima das destinadoras serão solicitados através de dossiês, e por lotes de PCB a ser destinado. Questões legais de conformidade e de segurança serão verificadas por lote e, só então, as queimas serão autorizadas.

O *representante da Sociedade Brasileira de Química, Walter Waldman*, questionou se pesquisadores da área de química ambiental poderiam entrar em contato com a equipe do projeto para fazer uma proposta de projeto de pesquisa interfaciada com o projeto PCB.

A gerente do projeto PCB informou que vai verificar a questão.

Em relação à biodegradação do PCB o *representante da ACPO, Jeffer Castelo Branco*, comentou que o resultado da extração é tóxica e solicitou visita ao laboratório da USP para compreender o processo utilizado.

O *Coordenador da Conasq* questionou se havia monitoramento das unidades destinadoras e a gerente de projeto informou que não. O *Coordenador* disse então que seria interessante uma ação de monitoramento independente do projeto em parceria com sociedade civil e universidades e a gerente de projeto informou que iria avaliar as possibilidades.

7.4 Projeto GEF Emissão de mercúrio por cimenteiras

A *coordenadora geral de substâncias químicas, Camila Boechat*, informou que houve Workshop inicial do projeto em 11 de novembro, em modalidade híbrida, com representantes da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), do MMA, da indústria e pesquisadores.

É uma proposta de projeto do MMA com a UNIDO. Trata-se de uma nova iniciativa financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em fase de desenvolvimento do projeto final, com meta de reduzir as emissões de mercúrio nas plantas cimenteiras; o principal alvo é mitigar a emissão de 7,8 toneladas de mercúrio e 3 milhões de toneladas de CO₂ no setor de cimento até 2030, data prevista para o fim do projeto.

O Coordenador da Conasq informou que tudo está caminhando bem para a aprovação do projeto.

8. Informes:

8.1 POPRC 20 e CRC 20

Marília Passos, Chefe de Projeto II, foi convidada para fazer o informe.

Relatou que na 20ª Reunião do CRC 20 (Chemical Review Committee), ocorrida em setembro/2024, foram aprovados o Documentos Orientadores de Decisão (DGDs) do Mercúrio (industrial) e do Clorpirifós (agrotóxico).

Em resumo, as seguintes substâncias entrarão na pauta da COP 12 da Convenção de Roterdã, a se realizar em 2025, para decisão se devem ser listadas no Anexo III: (1) clorpirifós; (2) methyl bromide; (3) mercúrio (4) paraquat; (5) seis substâncias e formulações prévias (acetocloro, carbosulfano, amianto crisotila, fentiona, iprodione e formulação de paraquat).

Com relação à 20ª Reunião do POPRC (*Persistent Organic Pollutants Review Committee*), realizada back to back ao CRC 20, houve recomendação para listar o Clorpirifós no Anexo A com isenções específicas de 5 anos; essa substância já está passando por reavaliação da Anvisa. Além disso, será iniciado processo para elaborar perfil de risco para novos tipos de dioxinas e furanos, proposta feita pela Suíça.

As seguintes substâncias estarão da COP 12 da Convenção de Estocolmo em 2025: (1) Clorpirifós, com isenções específicas – Anexo A; (2) Parafinas cloradas com comprimentos de cadeia de carbono na faixa C14-17 e níveis de cloração iguais ou superiores a 45% de cloro por peso com isenções específicas – Anexo A; e (3) Ácidos perfluorocarboxílicos de cadeia longa, seus sais e compostos relacionados com isenções específicas – Anexo A.

8.2 INC Plásticos

O Coordenador informou que a expectativa era concluir o texto do acordo, porém devido às questões envolvendo a dinâmica das negociações os países não conseguiram chegar a um acordo.

A posição brasileira, construída em colaboração entre MMA, MDIC, Ibama e Anvisa, é de ter listas globais de químicos de preocupação para serem banidos, com obrigação de retirada pelos países, estando o Brasil em um grupo de países que defendem medidas mais fortes em relação aos químicos de preocupação, incluindo plásticos problemáticos. No entanto, o Brasil ainda não conseguiu apresentar uma lista de plásticos problemáticos.

O Coordenador lembrou que houve um “Opine Aqui” sobre o tema da reciclagem de plásticos, feito pelo IBAMA e pede que seja apresentada na próxima reunião.

O representante do Ibama, Carlos Tonelli, complementou dizendo que muitas propostas foram apresentadas durante o INC 5, as quais são analisadas pelos participantes. Falou que a

proposta brasileira foi construída dentro do GT de Substâncias Químicas em Plásticos, destacando o valor do grupo.

O *Coodenador da Conasq* finalizou informando que haverá o INC 5.2 brevemente, em local e data ainda não definidos.

8.3 LARCF

Camila Boechat, Coordenadora Geral de Substâncias Químicas, foi convidada para fazer o informe.

O 5º Encontro Lationoamericano de Cooperação Regulatório sobre Substâncias Químicas – LARCF, sediado pela ABIQUIM, foi realizado em São Paulo, nos dias 5 e 6 de novembro de 2024. O evento reuniu especialistas, líderes do setor e representantes de órgãos reguladores de governo e da indústria de toda a América Latina, contando com países que também estão desenvolvendo as suas leis de gestão de substâncias químicas e inventários nacionais de substâncias químicas.

A *Coordenadora* explicou que o fórum busca a harmonização de regulamentações e inovação nas políticas de substâncias químicas. A troca de conhecimento foi importante e promoveu a colaboração e cooperação entre os países da região, permitido aos participantes tomarem conhecimento do que já está sendo feito por outras nações no âmbito da gestão de substâncias químicas. Destacou que será de grande utilidade estas experiências para a construção do Decreto da Lei 15.022/24.

8.4 ChemCon America

Thaianne Resende, Diretora de Qualidade Ambiental, foi convidada para fazer o informe.

A Diretora informou que o Brasil, juntamente com a Agência Europeia de Produtos Químicos (European Chemicals Agency – ECHA), foi convidado a fazer parte do comitê advisor da Conferência de Químicos das Américas.

Explicou que a conferência ocorrerá entre os dias 10 e 14 de março de 2025, em Boston – EUA e convidou os representantes que tiverem disponibilidade a participarem. Disse que se trata de um momento de troca de experiências para aprender com o que foi feito nos outros países e identificar as lacunas nacionais em relação ao tema.

9. Aprovação do calendário de reuniões de 2025

A Secretaria Executiva apresentou proposta de calendário para as reuniões da Conasq para o ano de 2025. Após considerações dos membros, ficou aprovado o seguinte cronograma:

4ª reunião ordinária	25/02/2025
5ª reunião ordinária	25/06/2025
6ª reunião ordinária	04/12/2025

10. Chumbo em tintas

A *Chefe de Projetos II, Marília Passos*, foi convidada para fazer apresentação sobre tema.

Iniciou informando que o regramento vigente sobre a matéria é a Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008.

O assunto foi objeto de discussão da Conasq em 2018, quando a comissão propôs um AntePL para estabelecer novo limite de chumbo em tintas, reduzindo a tolerância de 600ppm para 90ppm. Na época, o AntePL foi apoiado pelo MS e pelo MDIC por meio de uma exposição de motivos interministerial, porém, com as mudanças de governo e extinção da Conasq, o projeto não chegou a ser encaminhado para a Casa Civil da Presidência da República.

A Secretaria Executiva verificou que tramita na Câmara dos Deputados o PL 3.428/2023, de autoria do Deputado Arnaldo Jardim, o qual tem o mesmo objetivo e traz o mesmo limite de restrição de concentração proposto no AntePL elaborado no âmbito da Conasq. A *Chefe de Projetos II* pontuou as diferenças entre o AntePL e o PL: (1) o PL 3.428 estabelece exceções relacionadas a tintas anti-incrustantes e tintas anticorrosivas; (2) o AntePL da Conasq possui disposições mais específicas em relação aos organismos credenciados para analisar os produtos e maior detalhamento sobre o poder de polícia; e (3) o PL 3.428/2023 estabelece as penalidades (apenas) em notificação, apreensão do produto, e multa equivalente ao valor da mercadoria apreendida.

A Secretaria Executiva entendeu ser possível apoiar o PL do Deputado Arnaldo Jardim e pleitear o aprimoramento da minuta que tramita no congresso, que já passou pelas Comissões de Defesa do Consumidor, de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A *Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, passou a palavra para *Anne Costa*, representante da ABRAFATI.

A representante informou que o setor vem trabalhando para trazer atualizações para a Lei de 2008. Explicou que a referida Lei contemplava apenas tintas imobiliárias e de uso escolar infantil e que, com o novo PL, esse escopo seria aumentado. Disse que o PL logo será encaminhado para o Senado. Disse esperar que a comissão e o setor possam trabalhar em conjunto para executar os próximos passos.

A *Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende*, questionou se o encaminhamento para essa questão poderia ser o apoio formal da Conasq ao PL.

Após deliberação os membros identificaram alguns pontos de preocupação no PL 3.428/2023 e decidiram fazer, através de reunião paralela, uma análise comparativa entre o AntePL e o PL para identificar questões pontuais que precisam de ajuste.

As seguintes instituições, por meio de seus representantes, manifestaram interesse em participar da reunião citada: Casa Civil da Presidência da República, ABIQUIM, ABRAFATI, Fundação Santo André (FSA), Toxisphera, Sociedade Brasileira de Química (SBQ), Inmetro, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), Ministério da Saúde (MS), Conselho Federal de Química (CFQ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

A *Diretora de Qualidade Ambiental, Thaianne Resende* informou que a Secretaria Executiva agendará a reunião.

Em não havendo mais nada a ser tratado a *Diretora* agradeceu a todos pela dedicação e desejou feliz natal e boas festas.

10. Resumo dos Encaminhamentos:

- 449 1) A Secretaria Executiva da Conasq solicitará ao GT-Minamata a inclusão da RDC
450 879/2024 da Anvisa na pauta da próxima reunião;
- 451 2) A Secretaria Executiva da Conasq enviará ofícios aos membros da Comissão, para que
452 possam manifestar interesse em compor o GTT Regulação de Substâncias Químicas,
453 indicar representantes e sugerir instituições/entidades para serem convidadas a colaborar
454 com as discussões do GT;
- 455 3) A equipe do projeto PCB deverá apresentar os dados sistematizados e detalhados do
456 inventário;
- 457 4) A equipe do projeto PCB deverá apresentar testes de queima atualizados, além de avaliar
458 a possibilidade de agendamento de visitas nos incineradores e de parceria entre o projeto
459 e a academia para monitoramento/ biomonitoramento.
- 460 5) A Secretaria Executiva da Conasq articulará reunião entre os representantes que
461 manifestaram interesse em participar da atividade de análise comparativa entre o AntePL
462 de chumbo em tintas e o PL 3.428/2023 para identificar questões pontuais que precisem
463 de ajuste.
- 464 6) O representante da Sociedade Brasileira de Química (SBQ) se voluntariou a redigir
465 minuta de um novo Termo de Referência para propor novo mandato para o GTT
466 Substâncias Químicas em Plásticos para deliberação e aprovação em plenária durante a
467 4ª reunião ordinária da Conasq.